



**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 16 DE JUNHO DE 2020.**

Aprova cursos de atualização para profissionais de saúde com atuação nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), previstas no Plano de Contingência Macrorregional para atendimento aos pacientes com COVID-19.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o



planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 10.282 de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;
- o Decreto NE nº 113 de 12 de março de 2020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- o Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 47.889, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção o contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente coronavírus (coviD-19);
- a Portaria de Consolidação nº 2, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, anexo XL Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 3.194 de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde
- PRO EPS-SUS;
- a Portaria GM/MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);



- Plano Estadual de Contingência para Emergência em Saúde Pública em função da infecção humana COVID-19, causada pelo SARS-CoV-2, atualizado em 21/05/2020
- a necessidade de auxiliar na atualização dos profissionais que atuam em Unidades de Terapia Intensiva devido à abertura de aproximadamente 1655 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco) novos leitos de UTI no Estado de Minas Gerais e ao aumento do número de casos da infecção causada pelo Coronavírus (COVID-19); e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 264ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de Junho de 2020.

**DELIBERA:**

Art. - 1º Ficam aprovados os cursos de atualização para profissionais de saúde com atuação nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI), previstas no Plano de Contingência Macrorregional para atendimento aos pacientes com COVID-19.

Art. 2º - Os cursos de atualização serão ofertados nas modalidades de ensino à distância (EAD) e presencial.

§ 1º - Os cursos na modalidade EAD são disponibilizados na plataforma de governo UAITEC, conforme capacidade de acesso à plataforma.

§ 2º As informações e acesso aos cursos EAD estão divulgados nas mídias sociais do Estado, nos seguintes endereços eletrônicos:

I- <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-disponibiliza-cursos-ead-para-profissionais-da-saude> ;

II - <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/12913-governo-disponibiliza-cursos-ead-para-profissionais-da-saude> ; e

III

<http://www.uaitec.mg.gov.br/inicio/cursos/index?tipo=11&categoria=67&curso=&buscar=Buscar> .

§ 3º - O conteúdo dos cursos na modalidade EAD será atualizado na plataforma UAITEC conforme oferta e produção referentes à temática COVID-19.

§ 4º - Os cursos presenciais são ofertados para profissionais de saúde, conforme disponibilidade de vagas e de acordo com os seguintes termos:



- I - os cursos são destinados aos profissionais das seguintes categorias: médicos, enfermeiros e fisioterapeutas;
- II - será ofertada, minimamente, 1 (uma) vaga para cada categoria profissional das equipes das instituições;
- III - os profissionais que participarem dos cursos deverão atuar como multiplicadores nas suas respectivas instituições de atuação;
- IV - cabe à cada instituição indicar a sua equipe de multiplicadores, conforme critérios definidos pela própria instituição;
- V - os cursos são ofertados para profissionais de saúde onde estão previstos novos leitos de UTI em municípios que não prestavam assistência intensiva anteriormente;
- VI - a responsabilidade de atualização dos profissionais das novas equipes onde estão previstos ampliação de leitos de UTI será do próprio serviço ou instituição;
- VII - a SES/MG não se responsabiliza pelos custos de deslocamento, hospedagem e alimentação ou quaisquer outras despesas que, por acaso, vierem a decorrer em razão da frequência dos profissionais no curso de atualização na modalidade presencial; e
- VIII - as inscrições para o treinamento presencial deverão ser enviadas via formulário Google, através do link: <https://forms.gle/H6qNTud6qmHhSmpM8>.

Art. 3º - O dimensionamento do público alvo dos cursos na modalidade presencial foi definido considerando o Plano de Contingência Macrorregional, onde estão previstos novos leitos de UTI em municípios que não prestavam assistência intensiva anteriormente, conforme quadro a seguir:

NOVOS LEITOS DE UTI	Número Leitos	Número de Equipes
Leitos prontos para funcionar	106	14
Leitos aguardando Equipamentos	167	18
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>	<b>32</b>

§ 1º - O número de vagas e as datas das turmas dos cursos presenciais serão definidas pelas próprias instituições parceiras, cabendo à SES disponibilizar divulgação das mesmas ao público alvo.

§ 2º - O dimensionamento disposto no caput deste artigo segue os critérios de quantitativo de equipe por leitos de UTI constantes na Resolução MS/ANVISA nº 7, de 24 de fevereiro de



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

§ 3º - As macrorregiões Noroeste, Nordeste, Norte e Jequitinhonha serão prioritárias na distribuição de vagas dos treinamentos presenciais.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de junho de 2020.

**CARLOS EDUARDO AMARAL PEREIRA DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**MINUTA CIB**